CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
APROVADO c/ 2 ustmatcum do PS
em reunião de 19/1/2013 e 5 abril.
O Presidente

--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 23 DE ABRIL DE 2013 ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início pelas nove horas e quarenta e cinco minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente em Exercício Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Leal Pereira, Ana Maria Ferreira e Silvino da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge Lopes e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António Nobre. O Sr. Presidente não compareceu por motivo de doença. ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro Irene Lameiro. ---

---------- ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ----------

--- Não houve intervenções. ----------

---------- ORDEM DO DIA ----------

--- PROPOSTAS ----------

--- 1. Proposta Nº 23/P / 2013 – EMIA, EM – Documentos de Prestação de Contas 2012 ----------

--- O Sr. Presidente em Exercício apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando:* ----------

--- *que o Município de Azambuja é o acionista único da Empresa Municipal de Infraestruturas de Azambuja, EM (EMIA);* ----------

--- *que os direitos dos titulares do capital social destas empresas são exercidos através da Câmara Municipal, de acordo com o art.15º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local);* ----------

--- *que nos termos dos Estatutos da EMIA, do Regime Jurídico acima citado e do Código das Sociedades Comerciais, a EMIA, elaborará anualmente os documentos de prestação de contas, os quais, referentes ao exercício de 2012, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de Fevereiro de 2013;* ----------

--- *que nos termos dos Estatutos da EMIA, do Regime Jurídico acima citado e do Código das Sociedades Comerciais, foram emitidos o Relatório e Parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal de Contas relativos aos documentos indicados no considerando anterior.* ----------

--- *Proponho á Câmara:* ----------

--- *1. A aprovação dos Documentos de Prestação de Contas (Relatório do Conselho de Administração e Demonstrações Financeiras) referentes ao exercício de 2012;* ----------

--- *2. A aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2012 inserta no Relatório do Conselho de Administração* ----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que colocou as seguintes questões: qual foi o valor das indemnizações compensatórias que, no ano 2012, a Câmara Municipal de Azambuja não pagou à EMIA, em que medida isso beneficiou o resultado líquido da transferência da EMIA para o património da Câmara e, tendo em conta que a EMIA vai ser extinta, qual será o impacto final nas contas do município. Da análise ao Relatório da Demonstração da Prestação de Contas ficou com a ideia de não existirem dívidas da EMIA para com terceiros, mas identificou a existência de dívidas no valor 98.880,46 euros, para o que pede explicação. ----------

--- Por solicitação do Sr. Presidente em Exercício interveio o Dr. Ricardo Portela que explicou que, relativamente ao perdão, à Câmara Municipal, de indemnizações compensatórias de anos anteriores a 2012 corresponderia, o valor global com IVA incluído de 663 mil euros constantes de Nota de Crédito emitida pela EMIA do ano de 2012, valor que não chegou a ser reconhecido nem faturado. O valor que estava estipulado no Contrato Programa era "até" cerca de um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil euros e o impacto, em termos de endividamento do Município, seria uma redução do endividamento na ordem dos 663 mil euros não dos 771 mil euros que não

11.348.000 euros foram receitas correntes e 2.421.000 receitas capital. Em termos globais registou-se uma diminuição de 12,7%, com maior expressão nas receitas de capital onde a quebra foi de 40,6%. ----------

--- Comparando com 2011, a execução orçamental de receita melhorou, passando de 64,7% para 69,5% A principal explicação para o desvio verificado deve-se, entre outros, ao facto de ainda não se ter recebido as isenções fiscais concedidas à Opel, continuando-se a insistir para que o Município seja ressarcido desses valores. O processo de instalação do Biotério não se concretizou não se conseguindo receber benefícios do terreno onde seria instalado. ----------

--- Reportando-se às receitas correntes, que diminuíram 4,2% relativamente a 2011, mencionou os valores recebidos a título de impostos diretos – 4.064.494 euros; de transferências correntes – 4.841.500 euros; da venda de bens e prestações serviços – 941.586 euros; e dos rendimentos de propriedade - 846.783 euros. ----------

--- O comportamento do IMI, do IUC e do IMT, que registaram taxas de crescimento negativo, são também reflexo do contexto económico-financeiro em que o país vive. Em termos de receitas de loteamentos de obras verificou-se um ligeiro aumento da receita cobrada (5,2%) considerando o aumento de mais 50% dos processos recebidos na Divisão do Urbanismo decorrente do alargamento do prazo concedido para legalização de construções. Com a Venda de Bens e Prestação de Serviços correntes, onde se inclui a receita das atividades ligadas à educação (transportes e refeições escolares) e recolha e tratamento de resíduos sólidos, o Município arrecadou 941.586 euros ----------

--- As receitas de capital tiveram um peso de 17% nas receitas totais do Município. A título de Vendas de Bens de Investimento foram recebidos 149.193 euros referentes à venda das infraestruturas de saneamento no âmbito do acordo celebrado com a Águas do Oeste. Ao contrário do previsto não foi concretizada a venda do EPAC, espaço a que foi dada outra finalidade. As Transferências de Capital representaram 2.059.142 euros, e foram constituídas pelos fundos municipais e pelas transferências dos fundos comunitários. Foi feito um corte de 6% nas transferências por parte da Administração Central e ficou por receber, da DREL, um valor de 200 mil euros relativo ao Protocolo de Transferências de Competências para os Municípios destinada à manutenção e conservação dos estabelecimentos de ensino. ----------

--- Quanto à Despesa efetuada esta, em 2012, foi de 13.633 milhares de euros, dos quais 10.602 milhares foram despesas correntes e 3.031 milhares foram despesas de capital. Relativamente a 2011 houve uma diminuição de 15,2% na despesa, menos 2.446 milhares de euros. Em termos de composição 47,4%, ou seja 6.457 milhares de euros, destinaram-se às Grandes Opções do Plano composto pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipal que constituíram o principal agregado das despesas municipais.----------

--- O agrupamento da despesa com o peso mais expressivo foi o das Despesas com Pessoal, com cerca de 39,6%, seguindo-se o das Aquisições de Bens e Serviços também na ordem dos 32,2%, o das Transferências de Capital com 9,8%, e o dos Passivos na ordem dos 7,1%. Em 2012 as despesas com pessoal também diminuíram 13%, face a 2011, devido à diminuição do efetivo e ao corte no pagamento dos subsídios de férias e Natal. A Aquisição de Bens e Serviços foi uma das vertentes da despesa onde se fez um grande esforço de contensão e racionalização. Houve um aumento deste capítulo não devido a aumento de aquisições, mas devido a um esforço da redução da dívida que se teve que cumprir com à base da Lei n.º 65 do Orçamento Geral do Estado 2012, no que respeita às reduções obrigatórias dos pagamentos em atraso. As Transferências Correntes incluíram os encargos do Município no âmbito da Acão Social Escolar e na atribuição de apoios nas áreas de Intervenção Social, nas IPSS, nos Grupos de Risco Social entre outros e estão também incluídos compromissos decorrentes de Protocolos que o Município firmou com as juntas de freguesia, agrupamentos de escolas, coletividades e outras instituições.----------

antecipou que as operações contabilísticas decorrentes dos processos do Biotério, Opel, EPAC, etc. conduziriam a um desvio das previsões da receita face à receita a realizar no ano. Perante a análise do Relatório do Exercício confirmou-se o previsto – foi o Executivo que fez mal as contas. Já na altura da discussão do Orçamento se sabia que a CCDR estava a levantar problemas com a instalação do Biotério. Por outro lado, lembrou que, relativamente à dívida da General Motors, o revisor oficial, na sua certificação legal das contas, já praticamente reconhece que é impossível recuperar seja o que for. Relativamente às Águas do Oeste também as contas não correspondem à realidade. Foi celebrado um acordo mas o próprio revisor oficial de contas chama a atenção para a existência de montantes que não estão calculados, nomeadamente a título de juros de mora. ---------

--- Continuando, o Sr. Vereador declarou ter ainda uma dúvida decorrente das indemnizações compensatórias EMIA/Camara Municipal. O Dr. Ricardo Portela disse que foram eliminadas as indemnizações compensatórias, no valor de seiscentos e sessenta e três mil euros, referente a anos anteriores de 2012 e que foram eliminadas porque nunca chegou a ser emitida qualquer fatura da EMIA para a Câmara Municipal, no valor de cerca de setecentos e setenta e um mil euros referente ao ano de 2012 e a anos anteriores. Foi procurar no relatório da EMIA para verificar se tinha havido algum recebimento a título de indemnizações compensatórias e não houve, exatamente por causa daquela situação. Pretende saber quanto é que a EMIA tinha perdoado e quanto é que a Câmara tinha pago. No relatório consolidado aparecem trezentos e sessenta e seis mil euros pagos a título de indemnizações compensatórias. No entanto não viu este valor repercutido no Relatório da EMIA.-

--- O Dr. Ricardo Portela respondeu que o valor foi pago.----------

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes, aludindo a valores constantes na página nove do Relatório Consolidado: "Passivo exigível - trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil e quarenta seis euros", perguntou se era este o valor do Passivo Exigível, ao que o Dr. Ricardo Portela respondeu que o passivo exigível consolidado é trinta e quatro milhões e quinhentos mil euros.-------

--- Em seguida, O Sr. Vereador António Nobre solicitou que lhe fosse explicada a rubrica Acréscimos e Deferimentos, do ponto de vista técnico e contabilístico, bem como o valor dos 11.538.439 euros, tendo o Dr. Ricardo Portela explicado que na rubrica "Acréscimos e Deferimentos" foram incluídos os subsídios ao Investimento que é a parcela maior constante desses onze milhões de euros, que são os montantes de financiamentos comunitários que o grupo municipal obteve e que serão imputados a resultados ao longo da vida útil dos equipamentos para os quais esse financiamento foi obtido. Não são considerados dívida. O passivo exigível é 34 milhões, mas a dívida consta nas rubricas 7.2 e 7.3, e são os 16 milhões acrescidos de 6,8 milhões - isto é a dívida certa, liquida, exigível. Da rubrica " Acréscimos e Deferimentos" fazem parte valores que não são considerados divida certa, liquida, exigível. Os acréscimos de custos estão contabilizados nesta rubrica. As faturas que estão em receção e conferência estão contabilizadas dentro do passivo e dentro das dívidas a curto prazo. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Vereador Marco Leal que, aludindo aos comentários do Sr. Vereador Jorge Lopes, salientou que quando se faz um orçamento, esse orçamento funciona como uma previsão, ou seja, a Câmara não estava a contar com a divida da General Motors, uma vez que o Estado também não cumpriu com os seus compromissos. Em relação à questão do Biotério, embora houvesse por parte da CCDR, alguns indícios que indicavam que as coisas não estavam a andar bem, não se podia adivinhar que não se vinha a concretizar, logo a inclusão do mesmo no orçamento. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Jorge Lopes que acusou os vereadores da maioria de não lerem e de não estudarem o que aprovam. A divida consolidada do grupo municipal constante no Relatório de Contas de 2011 era 27,4 milhões de euros, que foi o valor que esteve na base das declarações relativas à dívida e foi também o valor que o Dr. Joaquim Ramos referiu tanto na Câmara como na Assembleia Municipal. Salientou a existência de uma parte no orçamento que é previsão, é aquela

--- Eram 11 horas e 20 minutos, quando o Sr. Presidente em Exercício deu por encerrada a reunião.
--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente em Exercício e Pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada. ----------

--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 23 DE ABRIL DE 2013 ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início pelas nove horas e quarenta e cinco minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente em Exercício Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Leal Pereira, Ana Maria Ferreira e Silvino da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge Lopes e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António Nobre. O Sr. Presidente não compareceu por motivo de doença. ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro Irene Lameiro. ---

---------- ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ----------

--- Não houve intervenções. ----------

---------- ORDEM DO DIA ----------

--- PROPOSTAS ----------

--- 1. Proposta Nº 23/P / 2013 – EMIA, EM – Documentos de Prestação de Contas 2012 ----------

--- O Sr. Presidente em Exercício apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando:* ----------

--- *que o Município de Azambuja é o acionista único da Empresa Municipal de Infraestruturas de Azambuja, EM (EMIA);* ----------

--- *que os direitos dos titulares do capital social destas empresas são exercidos através da Câmara Municipal, de acordo com o art.15º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local);* ----------

--- *que nos termos dos Estatutos da EMIA, do Regime Jurídico acima citado e do Código das Sociedades Comerciais, a EMIA, elaborará anualmente os documentos de prestação de contas, os quais, referentes ao exercício de 2012, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de Fevereiro de 2013;* ----------

--- *que nos termos dos Estatutos da EMIA, do Regime Jurídico acima citado e do Código das Sociedades Comerciais, foram emitidos o Relatório e Parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal de Contas relativos aos documentos indicados no considerando anterior.* ----------

--- *Proponho á Câmara:* ----------

--- *1. A aprovação dos Documentos de Prestação de Contas (Relatório do Conselho de Administração e Demonstrações Financeiras) referentes ao exercício de 2012;* ----------

--- *2. A aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2012 inserta no Relatório do Conselho de Administração* ----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que colocou as seguintes questões: qual foi o valor das indemnizações compensatórias que, no ano 2012, a Câmara Municipal de Azambuja não pagou à EMIA, em que medida isso beneficiou o resultado líquido da transferência da EMIA para o património da Câmara e, tendo em conta que a EMIA vai ser extinta, qual será o impacto final nas contas do município. Da análise ao Relatório da Demonstração da Prestação de Contas ficou com a ideia de não existirem dívidas da EMIA para com terceiros, mas identificou a existência de dívidas no valor 98.880,46 euros, para o que pede explicação. ----------

--- Por solicitação do Sr. Presidente em Exercício interveio o Dr. Ricardo Portela que explicou que, relativamente ao perdão, à Câmara Municipal, de indemnizações compensatórias de anos anteriores a 2012 corresponderia, o valor global com IVA incluído de 663 mil euros constantes de Nota de Crédito emitida pela EMIA do ano de 2012, valor que não chegou a ser reconhecido nem faturado. O valor que estava estipulado no Contrato Programa era "até" cerca de um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil euros e o impacto, em termos de endividamento do Município, seria uma redução do endividamento na ordem dos 663 mil euros não dos 771 mil euros que não

11.348.000 euros foram receitas correntes e 2.421.000 receitas capital. Em termos globais registou-se uma diminuição de 12,7%, com maior expressão nas receitas de capital onde a quebra foi de 40,6%. ----------

--- Comparando com 2011, a execução orçamental de receita melhorou, passando de 64,7% para 69,5% A principal explicação para o desvio verificado deve-se, entre outros, ao facto de ainda não se ter recebido as isenções fiscais concedidas à Opel, continuando-se a insistir para que o Município seja ressarcido desses valores. O processo de instalação do Biotério não se concretizou não se conseguindo receber benefícios do terreno onde seria instalado. ----------

--- Reportando-se às receitas correntes, que diminuíram 4,2% relativamente a 2011, mencionou os valores recebidos a título de impostos diretos – 4.064.494 euros; de transferências correntes – 4.841.500 euros; da venda de bens e prestações serviços – 941.586 euros; e dos rendimentos de propriedade - 846.783 euros. ----------

--- O comportamento do IMI, do IUC e do IMT, que registaram taxas de crescimento negativo, são também reflexo do contexto económico-financeiro em que o país vive. Em termos de receitas de loteamentos de obras verificou-se um ligeiro aumento da receita cobrada (5,2%) considerando o aumento de mais 50% dos processos recebidos na Divisão do Urbanismo decorrente do alargamento do prazo concedido para legalização de construções. Com a Venda de Bens e Prestação de Serviços correntes, onde se inclui a receita das atividades ligadas à educação (transportes e refeições escolares) e recolha e tratamento de resíduos sólidos, o Município arrecadou 941.586 euros ----------

--- As receitas de capital tiveram um peso de 17% nas receitas totais do Município. A título de Vendas de Bens de Investimento foram recebidos 149.193 euros referentes à venda das infraestruturas de saneamento no âmbito do acordo celebrado com a Águas do Oeste. Ao contrário do previsto não foi concretizada a venda do EPAC, espaço a que foi dada outra finalidade. As Transferências de Capital representaram 2.059.142 euros, e foram constituídas pelos fundos municipais e pelas transferências dos fundos comunitários. Foi feito um corte de 6% nas transferências por parte da Administração Central e ficou por receber, da DREL, um valor de 200 mil euros relativo ao Protocolo de Transferências de Competências para os Municípios destinada à manutenção e conservação dos estabelecimentos de ensino. ----------

--- Quanto à Despesa efetuada esta, em 2012, foi de 13.633 milhares de euros, dos quais 10.602 milhares foram despesas correntes e 3.031 milhares foram despesas de capital. Relativamente a 2011 houve uma diminuição de 15,2% na despesa, menos 2.446 milhares de euros. Em termos de composição 47,4%, ou seja 6.457 milhares de euros, destinaram-se às Grandes Opções do Plano composto pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipal que constituíram o principal agregado das despesas municipais.----------

--- O agrupamento da despesa com o peso mais expressivo foi o das Despesas com Pessoal, com cerca de 39,6%, seguindo-se o das Aquisições de Bens e Serviços também na ordem dos 32,2%, o das Transferências de Capital com 9,8%, e o dos Passivos na ordem dos 7,1%. Em 2012 as despesas com pessoal também diminuíram 13%, face a 2011, devido à diminuição do efetivo e ao corte no pagamento dos subsídios de férias e Natal. A Aquisição de Bens e Serviços foi uma das vertentes da despesa onde se fez um grande esforço de contensão e racionalização. Houve um aumento deste capítulo não devido a aumento de aquisições, mas devido a um esforço da redução da dívida que se teve que cumprir com à base da Lei n.º 65 do Orçamento Geral do Estado 2012, no que respeita às reduções obrigatórias dos pagamentos em atraso. As Transferências Correntes incluíram os encargos do Município no âmbito da Acão Social Escolar e na atribuição de apoios nas áreas de Intervenção Social, nas IPSS, nos Grupos de Risco Social entre outros e estão também incluídos compromissos decorrentes de Protocolos que o Município firmou com as juntas de freguesia, agrupamentos de escolas, coletividades e outras instituições.----------

antecipou que as operações contabilísticas decorrentes dos processos do Biotério, Opel, EPAC, etc. conduziriam a um desvio das previsões da receita face à receita a realizar no ano. Perante a análise do Relatório do Exercício confirmou-se o previsto – foi o Executivo que fez mal as contas. Já na altura da discussão do Orçamento se sabia que a CCDR estava a levantar problemas com a instalação do Biotério. Por outro lado, lembrou que, relativamente à dívida da General Motors, o revisor oficial, na sua certificação legal das contas, já praticamente reconhece que é impossível recuperar seja o que for. Relativamente às Águas do Oeste também as contas não correspondem à realidade. Foi celebrado um acordo mas o próprio revisor oficial de contas chama a atenção para a existência de montantes que não estão calculados, nomeadamente a título de juros de mora. ---------

--- Continuando, o Sr. Vereador declarou ter ainda uma dúvida decorrente das indemnizações compensatórias EMIA/Camara Municipal. O Dr. Ricardo Portela disse que foram eliminadas as indemnizações compensatórias, no valor de seiscentos e sessenta e três mil euros, referente a anos anteriores de 2012 e que foram eliminadas porque nunca chegou a ser emitida qualquer fatura da EMIA para a Câmara Municipal, no valor de cerca de setecentos e setenta e um mil euros referente ao ano de 2012 e a anos anteriores. Foi procurar no relatório da EMIA para verificar se tinha havido algum recebimento a título de indemnizações compensatórias e não houve, exatamente por causa daquela situação. Pretende saber quanto é que a EMIA tinha perdoado e quanto é que a Câmara tinha pago. No relatório consolidado aparecem trezentos e sessenta e seis mil euros pagos a título de indemnizações compensatórias. No entanto não viu este valor repercutido no Relatório da EMIA.-

--- O Dr. Ricardo Portela respondeu que o valor foi pago.----------

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes, aludindo a valores constantes na página nove do Relatório Consolidado: "Passivo exigível - trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil e quarenta seis euros", perguntou se era este o valor do Passivo Exigível, ao que o Dr. Ricardo Portela respondeu que o passivo exigível consolidado é trinta e quatro milhões e quinhentos mil euros.-------

--- Em seguida, O Sr. Vereador António Nobre solicitou que lhe fosse explicada a rubrica Acréscimos e Deferimentos, do ponto de vista técnico e contabilístico, bem como o valor dos 11.538.439 euros, tendo o Dr. Ricardo Portela explicado que na rubrica "Acréscimos e Deferimentos" foram incluídos os subsídios ao Investimento que é a parcela maior constante desses onze milhões de euros, que são os montantes de financiamentos comunitários que o grupo municipal obteve e que serão imputados a resultados ao longo da vida útil dos equipamentos para os quais esse financiamento foi obtido. Não são considerados dívida. O passivo exigível é 34 milhões, mas a dívida consta nas rubricas 7.2 e 7.3, e são os 16 milhões acrescidos de 6,8 milhões - isto é a dívida certa, liquida, exigível. Da rubrica " Acréscimos e Deferimentos" fazem parte valores que não são considerados divida certa, liquida, exigível. Os acréscimos de custos estão contabilizados nesta rubrica. As faturas que estão em receção e conferência estão contabilizadas dentro do passivo e dentro das dívidas a curto prazo. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Vereador Marco Leal que, aludindo aos comentários do Sr. Vereador Jorge Lopes, salientou que quando se faz um orçamento, esse orçamento funciona como uma previsão, ou seja, a Câmara não estava a contar com a divida da General Motors, uma vez que o Estado também não cumpriu com os seus compromissos. Em relação à questão do Biotério, embora houvesse por parte da CCDR, alguns indícios que indicavam que as coisas não estavam a andar bem, não se podia adivinhar que não se vinha a concretizar, logo a inclusão do mesmo no orçamento. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Jorge Lopes que acusou os vereadores da maioria de não lerem e de não estudarem o que aprovam. A divida consolidada do grupo municipal constante no Relatório de Contas de 2011 era 27,4 milhões de euros, que foi o valor que esteve na base das declarações relativas à dívida e foi também o valor que o Dr. Joaquim Ramos referiu tanto na Câmara como na Assembleia Municipal. Salientou a existência de uma parte no orçamento que é previsão, é aquela

--- Eram 11 horas e 20 minutos, quando o Sr. Presidente em Exercício deu por encerrada a reunião.
--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente em Exercício e Pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada. ----------

--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 23 DE ABRIL DE 2013 ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início pelas nove horas e quarenta e cinco minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente em Exercício Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Leal Pereira, Ana Maria Ferreira e Silvino da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge Lopes e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António Nobre. O Sr. Presidente não compareceu por motivo de doença. ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro Irene Lameiro. ---

---------- ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ----------

--- Não houve intervenções. ----------

---------- ORDEM DO DIA ----------

--- PROPOSTAS ----------

--- 1. Proposta Nº 23/P / 2013 – EMIA, EM – Documentos de Prestação de Contas 2012 ----------

--- O Sr. Presidente em Exercício apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando:* ----------

--- *que o Município de Azambuja é o acionista único da Empresa Municipal de Infraestruturas de Azambuja, EM (EMIA);* ----------

--- *que os direitos dos titulares do capital social destas empresas são exercidos através da Câmara Municipal, de acordo com o art.15º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local);* ----------

--- *que nos termos dos Estatutos da EMIA, do Regime Jurídico acima citado e do Código das Sociedades Comerciais, a EMIA, elaborará anualmente os documentos de prestação de contas, os quais, referentes ao exercício de 2012, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de Fevereiro de 2013;* ----------

--- *que nos termos dos Estatutos da EMIA, do Regime Jurídico acima citado e do Código das Sociedades Comerciais, foram emitidos o Relatório e Parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal de Contas relativos aos documentos indicados no considerando anterior.* ----------

--- *Proponho á Câmara:* ----------

--- *1. A aprovação dos Documentos de Prestação de Contas (Relatório do Conselho de Administração e Demonstrações Financeiras) referentes ao exercício de 2012;* ----------

--- *2. A aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2012 inserta no Relatório do Conselho de Administração* ----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que colocou as seguintes questões: qual foi o valor das indemnizações compensatórias que, no ano 2012, a Câmara Municipal de Azambuja não pagou à EMIA, em que medida isso beneficiou o resultado líquido da transferência da EMIA para o património da Câmara e, tendo em conta que a EMIA vai ser extinta, qual será o impacto final nas contas do município. Da análise ao Relatório da Demonstração da Prestação de Contas ficou com a ideia de não existirem dívidas da EMIA para com terceiros, mas identificou a existência de dívidas no valor 98.880,46 euros, para o que pede explicação. ----------

--- Por solicitação do Sr. Presidente em Exercício interveio o Dr. Ricardo Portela que explicou que, relativamente ao perdão, à Câmara Municipal, de indemnizações compensatórias de anos anteriores a 2012 corresponderia, o valor global com IVA incluído de 663 mil euros constantes de Nota de Crédito emitida pela EMIA do ano de 2012, valor que não chegou a ser reconhecido nem faturado. O valor que estava estipulado no Contrato Programa era "até" cerca de um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil euros e o impacto, em termos de endividamento do Município, seria uma redução do endividamento na ordem dos 663 mil euros não dos 771 mil euros que não

11.348.000 euros foram receitas correntes e 2.421.000 receitas capital. Em termos globais registou-se uma diminuição de 12,7%, com maior expressão nas receitas de capital onde a quebra foi de 40,6%. ----------

--- Comparando com 2011, a execução orçamental de receita melhorou, passando de 64,7% para 69,5% A principal explicação para o desvio verificado deve-se, entre outros, ao facto de ainda não se ter recebido as isenções fiscais concedidas à Opel, continuando-se a insistir para que o Município seja ressarcido desses valores. O processo de instalação do Biotério não se concretizou não se conseguindo receber benefícios do terreno onde seria instalado. ----------

--- Reportando-se às receitas correntes, que diminuíram 4,2% relativamente a 2011, mencionou os valores recebidos a título de impostos diretos – 4.064.494 euros; de transferências correntes – 4.841.500 euros; da venda de bens e prestações serviços – 941.586 euros; e dos rendimentos de propriedade - 846.783 euros. ----------

--- O comportamento do IMI, do IUC e do IMT, que registaram taxas de crescimento negativo, são também reflexo do contexto económico-financeiro em que o país vive. Em termos de receitas de loteamentos de obras verificou-se um ligeiro aumento da receita cobrada (5,2%) considerando o aumento de mais 50% dos processos recebidos na Divisão do Urbanismo decorrente do alargamento do prazo concedido para legalização de construções. Com a Venda de Bens e Prestação de Serviços correntes, onde se inclui a receita das atividades ligadas à educação (transportes e refeições escolares) e recolha e tratamento de resíduos sólidos, o Município arrecadou 941.586 euros ----------

--- As receitas de capital tiveram um peso de 17% nas receitas totais do Município. A título de Vendas de Bens de Investimento foram recebidos 149.193 euros referentes à venda das infraestruturas de saneamento no âmbito do acordo celebrado com a Águas do Oeste. Ao contrário do previsto não foi concretizada a venda do EPAC, espaço a que foi dada outra finalidade. As Transferências de Capital representaram 2.059.142 euros, e foram constituídas pelos fundos municipais e pelas transferências dos fundos comunitários. Foi feito um corte de 6% nas transferências por parte da Administração Central e ficou por receber, da DREL, um valor de 200 mil euros relativo ao Protocolo de Transferências de Competências para os Municípios destinada à manutenção e conservação dos estabelecimentos de ensino. ----------

--- Quanto à Despesa efetuada esta, em 2012, foi de 13.633 milhares de euros, dos quais 10.602 milhares foram despesas correntes e 3.031 milhares foram despesas de capital. Relativamente a 2011 houve uma diminuição de 15,2% na despesa, menos 2.446 milhares de euros. Em termos de composição 47,4%, ou seja 6.457 milhares de euros, destinaram-se às Grandes Opções do Plano composto pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipal que constituíram o principal agregado das despesas municipais.----------

--- O agrupamento da despesa com o peso mais expressivo foi o das Despesas com Pessoal, com cerca de 39,6%, seguindo-se o das Aquisições de Bens e Serviços também na ordem dos 32,2%, o das Transferências de Capital com 9,8%, e o dos Passivos na ordem dos 7,1%. Em 2012 as despesas com pessoal também diminuíram 13%, face a 2011, devido à diminuição do efetivo e ao corte no pagamento dos subsídios de férias e Natal. A Aquisição de Bens e Serviços foi uma das vertentes da despesa onde se fez um grande esforço de contensão e racionalização. Houve um aumento deste capítulo não devido a aumento de aquisições, mas devido a um esforço da redução da dívida que se teve que cumprir com à base da Lei n.º 65 do Orçamento Geral do Estado 2012, no que respeita às reduções obrigatórias dos pagamentos em atraso. As Transferências Correntes incluíram os encargos do Município no âmbito da Acão Social Escolar e na atribuição de apoios nas áreas de Intervenção Social, nas IPSS, nos Grupos de Risco Social entre outros e estão também incluídos compromissos decorrentes de Protocolos que o Município firmou com as juntas de freguesia, agrupamentos de escolas, coletividades e outras instituições.----------

antecipou que as operações contabilísticas decorrentes dos processos do Biotério, Opel, EPAC, etc. conduziriam a um desvio das previsões da receita face à receita a realizar no ano. Perante a análise do Relatório do Exercício confirmou-se o previsto – foi o Executivo que fez mal as contas. Já na altura da discussão do Orçamento se sabia que a CCDR estava a levantar problemas com a instalação do Biotério. Por outro lado, lembrou que, relativamente à dívida da General Motors, o revisor oficial, na sua certificação legal das contas, já praticamente reconhece que é impossível recuperar seja o que for. Relativamente às Águas do Oeste também as contas não correspondem à realidade. Foi celebrado um acordo mas o próprio revisor oficial de contas chama a atenção para a existência de montantes que não estão calculados, nomeadamente a título de juros de mora. --------

--- Continuando, o Sr. Vereador declarou ter ainda uma dúvida decorrente das indemnizações compensatórias EMIA/Camara Municipal. O Dr. Ricardo Portela disse que foram eliminadas as indemnizações compensatórias, no valor de seiscentos e sessenta e três mil euros, referente a anos anteriores de 2012 e que foram eliminadas porque nunca chegou a ser emitida qualquer fatura da EMIA para a Câmara Municipal, no valor de cerca de setecentos e setenta e um mil euros referente ao ano de 2012 e a anos anteriores. Foi procurar no relatório da EMIA para verificar se tinha havido algum recebimento a título de indemnizações compensatórias e não houve, exatamente por causa daquela situação. Pretende saber quanto é que a EMIA tinha perdoado e quanto é que a Câmara tinha pago. No relatório consolidado aparecem trezentos e sessenta e seis mil euros pagos a título de indemnizações compensatórias. No entanto não viu este valor repercutido no Relatório da EMIA.-

--- O Dr. Ricardo Portela respondeu que o valor foi pago.----------

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes, aludindo a valores constantes na página nove do Relatório Consolidado: "Passivo exigível - trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil e quarenta seis euros", perguntou se era este o valor do Passivo Exigível, ao que o Dr. Ricardo Portela respondeu que o passivo exigível consolidado é trinta e quatro milhões e quinhentos mil euros.-------

--- Em seguida, O Sr. Vereador António Nobre solicitou que lhe fosse explicada a rubrica Acréscimos e Deferimentos, do ponto de vista técnico e contabilístico, bem como o valor dos 11.538.439 euros, tendo o Dr. Ricardo Portela explicado que na rubrica "Acréscimos e Deferimentos" foram incluídos os subsídios ao Investimento que é a parcela maior constante desses onze milhões de euros, que são os montantes de financiamentos comunitários que o grupo municipal obteve e que serão imputados a resultados ao longo da vida útil dos equipamentos para os quais esse financiamento foi obtido. Não são considerados dívida. O passivo exigível é 34 milhões, mas a dívida consta nas rubricas 7.2 e 7.3, e são os 16 milhões acrescidos de 6,8 milhões - isto é a dívida certa, liquida, exigível. Da rubrica " Acréscimos e Deferimentos" fazem parte valores que não são considerados divida certa, liquida, exigível. Os acréscimos de custos estão contabilizados nesta rubrica. As faturas que estão em receção e conferência estão contabilizadas dentro do passivo e dentro das dívidas a curto prazo. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Vereador Marco Leal que, aludindo aos comentários do Sr. Vereador Jorge Lopes, salientou que quando se faz um orçamento, esse orçamento funciona como uma previsão, ou seja, a Câmara não estava a contar com a divida da General Motors, uma vez que o Estado também não cumpriu com os seus compromissos. Em relação à questão do Biotério, embora houvesse por parte da CCDR, alguns indícios que indicavam que as coisas não estavam a andar bem, não se podia adivinhar que não se vinha a concretizar, logo a inclusão do mesmo no orçamento. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Jorge Lopes que acusou os vereadores da maioria de não lerem e de não estudarem o que aprovam. A divida consolidada do grupo municipal constante no Relatório de Contas de 2011 era 27,4 milhões de euros, que foi o valor que esteve na base das declarações relativas à dívida e foi também o valor que o Dr. Joaquim Ramos referiu tanto na Câmara como na Assembleia Municipal. Salientou a existência de uma parte no orçamento que é previsão, é aquela

--- Eram 11 horas e 20 minutos, quando o Sr. Presidente em Exercício deu por encerrada a reunião.
--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente em Exercício e Pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada. ----------

--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 23 DE ABRIL DE 2013 ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início pelas nove horas e quarenta e cinco minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente em Exercício Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Leal Pereira, Ana Maria Ferreira e Silvino da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge Lopes e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António Nobre. O Sr. Presidente não compareceu por motivo de doença. ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro Irene Lameiro. ---

---------- ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ----------

--- Não houve intervenções. ----------

---------- ORDEM DO DIA ----------

--- PROPOSTAS ----------

--- 1. Proposta Nº 23/P / 2013 – EMIA, EM – Documentos de Prestação de Contas 2012 ----------

--- O Sr. Presidente em Exercício apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando:* ----------

--- que o Município de Azambuja é o acionista único da Empresa Municipal de Infraestruturas de Azambuja, EM (EMIA); ----------

--- que os direitos dos titulares do capital social destas empresas são exercidos através da Câmara Municipal, de acordo com o art.15º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local); ----------

--- que nos termos dos Estatutos da EMIA, do Regime Jurídico acima citado e do Código das Sociedades Comerciais, a EMIA, elaborará anualmente os documentos de prestação de contas, os quais, referentes ao exercício de 2012, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de Fevereiro de 2013; ----------

--- que nos termos dos Estatutos da EMIA, do Regime Jurídico acima citado e do Código das Sociedades Comerciais, foram emitidos o Relatório e Parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal de Contas relativos aos documentos indicados no considerando anterior. ----------

--- Proponho á Câmara: ----------

--- 1. A aprovação dos Documentos de Prestação de Contas (Relatório do Conselho de Administração e Demonstrações Financeiras) referentes ao exercício de 2012; ----------

--- 2. A aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2012 inserta no Relatório do Conselho de Administração ----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que colocou as seguintes questões: qual foi o valor das indemnizações compensatórias que, no ano 2012, a Câmara Municipal de Azambuja não pagou à EMIA, em que medida isso beneficiou o resultado líquido da transferência da EMIA para o património da Câmara e, tendo em conta que a EMIA vai ser extinta, qual será o impacto final nas contas do município. Da análise ao Relatório da Demonstração da Prestação de Contas ficou com a ideia de não existirem dívidas da EMIA para com terceiros, mas identificou a existência de dívidas no valor 98.880,46 euros, para o que pede explicação. ----------

--- Por solicitação do Sr. Presidente em Exercício interveio o Dr. Ricardo Portela que explicou que, relativamente ao perdão, à Câmara Municipal, de indemnizações compensatórias de anos anteriores a 2012 corresponderia, o valor global com IVA incluído de 663 mil euros constantes de Nota de Crédito emitida pela EMIA do ano de 2012, valor que não chegou a ser reconhecido nem faturado. O valor que estava estipulado no Contrato Programa era "até" cerca de um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil euros e o impacto, em termos de endividamento do Município, seria uma redução do endividamento na ordem dos 663 mil euros não dos 771 mil euros que não

11.348.000 euros foram receitas correntes e 2.421.000 receitas capital. Em termos globais registou-se uma diminuição de 12,7%, com maior expressão nas receitas de capital onde a quebra foi de 40,6%. ----------

--- Comparando com 2011, a execução orçamental de receita melhorou, passando de 64,7% para 69,5% A principal explicação para o desvio verificado deve-se, entre outros, ao facto de ainda não se ter recebido as isenções fiscais concedidas à Opel, continuando-se a insistir para que o Município seja ressarcido desses valores. O processo de instalação do Biotério não se concretizou não se conseguindo receber benefícios do terreno onde seria instalado. ----------

--- Reportando-se às receitas correntes, que diminuíram 4,2% relativamente a 2011, mencionou os valores recebidos a título de impostos diretos – 4.064.494 euros; de transferências correntes – 4.841.500 euros; da venda de bens e prestações serviços – 941.586 euros; e dos rendimentos de propriedade - 846.783 euros. ----------

--- O comportamento do IMI, do IUC e do IMT, que registaram taxas de crescimento negativo, são também reflexo do contexto económico-financeiro em que o país vive. Em termos de receitas de loteamentos de obras verificou-se um ligeiro aumento da receita cobrada (5,2%) considerando o aumento de mais 50% dos processos recebidos na Divisão do Urbanismo decorrente do alargamento do prazo concedido para legalização de construções. Com a Venda de Bens e Prestação de Serviços correntes, onde se inclui a receita das atividades ligadas à educação (transportes e refeições escolares) e recolha e tratamento de resíduos sólidos, o Município arrecadou 941.586 euros ----------

--- As receitas de capital tiveram um peso de 17% nas receitas totais do Município. A título de Vendas de Bens de Investimento foram recebidos 149.193 euros referentes à venda das infraestruturas de saneamento no âmbito do acordo celebrado com a Águas do Oeste. Ao contrário do previsto não foi concretizada a venda do EPAC, espaço a que foi dada outra finalidade. As Transferências de Capital representaram 2.059.142 euros, e foram constituídas pelos fundos municipais e pelas transferências dos fundos comunitários. Foi feito um corte de 6% nas transferências por parte da Administração Central e ficou por receber, da DREL, um valor de 200 mil euros relativo ao Protocolo de Transferências de Competências para os Municípios destinada à manutenção e conservação dos estabelecimentos de ensino. ----------

--- Quanto à Despesa efetuada esta, em 2012, foi de 13.633 milhares de euros, dos quais 10.602 milhares foram despesas correntes e 3.031 milhares foram despesas de capital. Relativamente a 2011 houve uma diminuição de 15,2% na despesa, menos 2.446 milhares de euros. Em termos de composição 47,4%, ou seja 6.457 milhares de euros, destinaram-se às Grandes Opções do Plano composto pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipal que constituíram o principal agregado das despesas municipais.----------

--- O agrupamento da despesa com o peso mais expressivo foi o das Despesas com Pessoal, com cerca de 39,6%, seguindo-se o das Aquisições de Bens e Serviços também na ordem dos 32,2%, o das Transferências de Capital com 9,8%, e o dos Passivos na ordem dos 7,1%. Em 2012 as despesas com pessoal também diminuíram 13%, face a 2011, devido à diminuição do efetivo e ao corte no pagamento dos subsídios de férias e Natal. A Aquisição de Bens e Serviços foi uma das vertentes da despesa onde se fez um grande esforço de contensão e racionalização. Houve um aumento deste capítulo não devido a aumento de aquisições, mas devido a um esforço da redução da dívida que se teve que cumprir com à base da Lei n.º 65 do Orçamento Geral do Estado 2012, no que respeita às reduções obrigatórias dos pagamentos em atraso. As Transferências Correntes incluíram os encargos do Município no âmbito da Acão Social Escolar e na atribuição de apoios nas áreas de Intervenção Social, nas IPSS, nos Grupos de Risco Social entre outros e estão também incluídos compromissos decorrentes de Protocolos que o Município firmou com as juntas de freguesia, agrupamentos de escolas, coletividades e outras instituições.----------

antecipou que as operações contabilísticas decorrentes dos processos do Biotério, Opel, EPAC, etc. conduziriam a um desvio das previsões da receita face à receita a realizar no ano. Perante a análise do Relatório do Exercício confirmou-se o previsto – foi o Executivo que fez mal as contas. Já na altura da discussão do Orçamento se sabia que a CCDR estava a levantar problemas com a instalação do Biotério. Por outro lado, lembrou que, relativamente à dívida da General Motors, o revisor oficial, na sua certificação legal das contas, já praticamente reconhece que é impossível recuperar seja o que for. Relativamente às Águas do Oeste também as contas não correspondem à realidade. Foi celebrado um acordo mas o próprio revisor oficial de contas chama a atenção para a existência de montantes que não estão calculados, nomeadamente a título de juros de mora. ---------

--- Continuando, o Sr. Vereador declarou ter ainda uma dúvida decorrente das indemnizações compensatórias EMIA/Camara Municipal. O Dr. Ricardo Portela disse que foram eliminadas as indemnizações compensatórias, no valor de seiscentos e sessenta e três mil euros, referente a anos anteriores de 2012 e que foram eliminadas porque nunca chegou a ser emitida qualquer fatura da EMIA para a Câmara Municipal, no valor de cerca de setecentos e setenta e um mil euros referente ao ano de 2012 e a anos anteriores. Foi procurar no relatório da EMIA para verificar se tinha havido algum recebimento a título de indemnizações compensatórias e não houve, exatamente por causa daquela situação. Pretende saber quanto é que a EMIA tinha perdoado e quanto é que a Câmara tinha pago. No relatório consolidado aparecem trezentos e sessenta e seis mil euros pagos a título de indemnizações compensatórias. No entanto não viu este valor repercutido no Relatório da EMIA.-

--- O Dr. Ricardo Portela respondeu que o valor foi pago.----------

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes, aludindo a valores constantes na página nove do Relatório Consolidado: "Passivo exigível - trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil e quarenta seis euros", perguntou se era este o valor do Passivo Exigível, ao que o Dr. Ricardo Portela respondeu que o passivo exigível consolidado é trinta e quatro milhões e quinhentos mil euros.-------

--- Em seguida, O Sr. Vereador António Nobre solicitou que lhe fosse explicada a rubrica Acréscimos e Deferimentos, do ponto de vista técnico e contabilístico, bem como o valor dos 11.538.439 euros, tendo o Dr. Ricardo Portela explicado que na rubrica "Acréscimos e Deferimentos" foram incluídos os subsídios ao Investimento que é a parcela maior constante desses onze milhões de euros, que são os montantes de financiamentos comunitários que o grupo municipal obteve e que serão imputados a resultados ao longo da vida útil dos equipamentos para os quais esse financiamento foi obtido. Não são considerados dívida. O passivo exigível é 34 milhões, mas a dívida consta nas rubricas 7.2 e 7.3, e são os 16 milhões acrescidos de 6,8 milhões - isto é a dívida certa, liquida, exigível. Da rubrica " Acréscimos e Deferimentos" fazem parte valores que não são considerados divida certa, liquida, exigível. Os acréscimos de custos estão contabilizados nesta rubrica. As faturas que estão em receção e conferência estão contabilizadas dentro do passivo e dentro das dívidas a curto prazo. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Vereador Marco Leal que, aludindo aos comentários do Sr. Vereador Jorge Lopes, salientou que quando se faz um orçamento, esse orçamento funciona como uma previsão, ou seja, a Câmara não estava a contar com a divida da General Motors, uma vez que o Estado também não cumpriu com os seus compromissos. Em relação à questão do Biotério, embora houvesse por parte da CCDR, alguns indícios que indicavam que as coisas não estavam a andar bem, não se podia adivinhar que não se vinha a concretizar, logo a inclusão do mesmo no orçamento. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Jorge Lopes que acusou os vereadores da maioria de não lerem e de não estudarem o que aprovam. A divida consolidada do grupo municipal constante no Relatório de Contas de 2011 era 27,4 milhões de euros, que foi o valor que esteve na base das declarações relativas à dívida e foi também o valor que o Dr. Joaquim Ramos referiu tanto na Câmara como na Assembleia Municipal. Salientou a existência de uma parte no orçamento que é previsão, é aquela

--- Eram 11 horas e 20 minutos, quando o Sr. Presidente em Exercício deu por encerrada a reunião.
--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente em Exercício e Pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada. ----------